



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

Gabinete JLS

### **REQUERIMENTO Nº 103/2026**

Requer, com fundamento constitucional, legal e regimental, o encaminhamento de informações, documentos e esclarecimentos técnicos detalhados acerca do Terceiro Termo de Aditamento do Convênio nº 001/2024 (Associação Beneficente Cisne), bem como da abertura de crédito suplementar correlata, diante da divergência de valores, previsão de efeitos retroativos e impacto orçamentário na área da saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal o presente pedido de informações, com fundamento:

- nos arts. 31 e 37 da Constituição Federal (controle externo e princípios da administração pública);
- nos arts. 48, 48-A e 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- nos arts. 58 a 65 da Lei nº 4.320/1964 (execução da despesa pública e obrigatoriedade do prévio empenho);
- na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- na Lei Federal nº 14.133/2021 (princípios do planejamento, transparência, motivação e formalização contratual);
- e na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021 (dever de observância aos princípios da administração pública);

CONSIDERANDO que foi publicado em Diário Oficial o extrato do Terceiro Termo de Aditamento do Convênio nº 001/2024, no valor de R\$ 21.598.709,76;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei encaminhado a esta Casa prevê abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.015.735,21;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

CONSIDERANDO a existência de diferença relevante entre os valores divulgados e a necessidade de compatibilização entre o ato administrativo e o instrumento orçamentário;

CONSIDERANDO a previsão de efeitos retroativos no Projeto de Lei, circunstância que exige fundamentação técnica e jurídica compatível com a legislação orçamentária;

CONSIDERANDO o dever do Poder Legislativo de exercer controle, fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária e dos contratos administrativos;

### REQUER:

1. Cópia integral do processo administrativo que fundamenta o Terceiro Termo de Aditamento do Convênio nº 001/2024, incluindo todos os pareceres técnicos, jurídicos, financeiros e de controle interno;

2. Cópia integral do Plano de Trabalho atualizado, com detalhamento das metas, indicadores, quantitativos de atendimento e eventuais alterações promovidas;

3. Memória de cálculo detalhada e planilha analítica de custos que fundamentem:

a) o valor do aditamento (R\$ 21.598.709,76);

b) o valor constante no Projeto de Lei (R\$ 23.015.735,21);

c) a diferença entre ambos;

4. Demonstração técnica do eventual reequilíbrio econômico-financeiro, ampliação de metas, revisão de escopo ou atualização de custos, com indicação dos critérios utilizados e dos índices aplicados;

5. Cronograma financeiro completo da execução do aditamento, com discriminação mensal dos valores e vinculação às respectivas atividades e metas;



## Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

6. Justificativa técnica e jurídica detalhada para a previsão de efeitos retroativos, com indicação expressa:

- a) da existência ou não de empenho prévio;
- b) da eventual execução de serviços antes da formalização orçamentária;
- c) do enquadramento legal adotado;

7. Informação expressa sobre a ocorrência de empenho, liquidação ou pagamento de despesas antes da autorização legislativa correspondente;

8. Estudo de impacto orçamentário e financeiro, com demonstração das dotações anuladas (especialmente ficha nº 533), indicando:

- a) programas e ações afetados;
- b) medidas compensatórias;
- c) garantia de continuidade dos serviços;

9. Demonstração de que a anulação de dotações não compromete os princípios da continuidade, universalidade e integralidade do atendimento em saúde;

10. Relatório de execução do Convênio nº 001/2024, com comprovação do cumprimento das metas pactuadas nos exercícios anteriores;

- 11. Manifestação formal do controle interno acerca da regularidade do procedimento;
- 2. Demonstração de conformidade com os princípios da legalidade, planejamento,

1

transparência, eficiência e interesse público, previstos na Constituição Federal e legislação correlata.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento possui natureza técnica, preventiva e institucional, tendo por finalidade assegurar a conformidade dos atos administrativos e orçamentários com o ordenamento jurídico vigente.



## Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

A divergência de valores entre o aditamento publicado e o Projeto de Lei, aliada à previsão de efeitos retroativos e à anulação de dotações da própria área da saúde, impõe a necessidade de análise detalhada sob a ótica da legalidade, do planejamento e da responsabilidade fiscal.

A legislação vigente estabelece que a execução da despesa pública deve observar rigorosamente as etapas orçamentárias, especialmente o prévio empenho, sendo imprescindível a demonstração de que tais requisitos foram devidamente atendidos.

Adicionalmente, alterações contratuais que impliquem aumento de valores exigem fundamentação técnica consistente, com demonstração clara de sua motivação, necessidade e vantajosidade para a administração pública.

Nesse contexto, o presente requerimento não possui caráter acusatório, mas sim de garantia institucional, visando assegurar a transparência, a segurança jurídica e a correta aplicação dos recursos públicos, especialmente em área essencial como a saúde.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de abril de 2026

**VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA**

Documento assinado digitalmente  
**ELCIO SHIYOITI HIRANO**  
Data: 13/04/2026 11:25:35-0300  
Verifique em <http://validar.jti.gov.br>

PROTOCOLO 00361/2026  
13/04/2026

**VEREADOR ELCIO SHIYOITI HIRANO**

APRESENTADO EM S.O. DE 14/04/2026 e APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.